

Terracap remove invasão do HFA

Na invasão do Hospital das Forças Armadas (HFA), ontem de manhã, o clima era de desolação e tristeza. Famílias inteiras observavam, impotentes, o trabalho de remoção da favela, iniciado no dia anterior pelos fiscais da Terracap e da Administração Regional do Cruzeiro. Sob a guarda de uma viatura da Rocan, barracos foram demolidos, telhas e madeiras quebradas e, segundo os moradores, uma casa foi incendiada no dia anterior.

“Não acredito que isso esteja acontecendo. Esses fiscais chegam sem avisar e vão logo quebrando o pouco que a gente tem. Não precisava tanta violência. São uns monstros”. O depoimento, entrecortado pelo choro e por gritos de desespero, é de Francinete Bezerra de Medeiros, há oito meses morando no local. Antes, Francinete morava no Núcleo Bandeirante, onde trabalhava como manicure. Desempregada, mudou-se com o marido; no início do ano, para a invasão do HFA.

Mostrando as telhas quebradas amontoadas no chão e o resto das madeiras do barraco incendiado, Francinete contou que, na terça-feira, tinha famílias morando na invasão. A partir do trabalho de remoção, as pessoas foram se deslocando para outros locais,

É o caso da família do artesão Francisco Fonseca da Silva, há dois anos na invasão do HFA. Na terça-feira, seu barraco foi demolido pelos pés de cabra utilizados pelos fiscais. Francisco, ontem, permanecia no local, mas sua família já estava instalada nas proximidades da Ceasa.

Ofício não impediu a derrubada

Do final de agosto para cá, dois abaixo-assinados feitos pelos moradores da invasão do HFA foram entregues à assessoria do governador Joaquim Roriz. No primeiro, datado do dia 28 de agosto, os moradores pediam que fosse definida a situação das famílias não cadastradas, na época um total de 30. Na cópia do abaixo-assinado, mostrada por um dos invasores, além da assinatura comprovando o recebimento por um assessor, constam os telefones do gabinete do governador.

No segundo ofício, do dia quatro deste mês, os moradores renovavam o apelo pela definição e acrescentavam que uma triagem tinha sido feita entre eles. Restavam na invasão as famílias que preferiram não voltar para os estados de origem e que se achavam com direito ao cadastramento e à remoção para Samambaia. Sobre esses direitos, os mora-

“Não temos para onde ir. Samambaia foi oferecida para as pessoas que já estavam cadastradas. Nós estamos esperando uma solução do governo”.

Esperar por uma solução do governo foi, de acordo com os moradores, o motivo da permanência de-

dores baseavam-se em informações de que as pessoas residentes em Brasília, desde antes de novembro de 1988, receberiam lotes. Documentos, como certidões de nascimento dos filhos, foram anexados.

Entre um ofício e outro, o único acontecimento, segundo os moradores, foi a conversa com o governador Joaquim Roriz, quando da abertura da Operação Primavera no Cruzeiro, relatada por Francinete Bezerra. Mas a administradora do Cruzeiro, Lygia Hogen, disse que muitas vezes os fiscais da Administração Regional foram à invasão avisar os moradores da remoção. Lygia Hogen afirmou também não acreditar que a remoção estivesse sendo feita com o uso da violência. “Não foram os moradores os espancados e, sim, um funcionário nosso, José Maria dos Santos, que recebeu uma paulada de uma moradora”.

les na invasão do HFA. Há dois meses, funcionários da Secretaria do Serviço Social passaram na invasão fazendo o recadastramento para Samambaia. Todos aceitaram a possibilidade de serem removidos para o novo loteamento. “Enquanto não acertavam a papelada, prometeram que não haveria remoção e nem violência”, disse Francinete.

Francisco Fonseca confirma a história de Francinete. Eles contam que, na abertura da Operação Primavera no Cruzeiro, no dia 13, o governador Joaquim Roriz teria dito aos moradores da invasão do HFA para aguardarem no local, até ser encontrada uma solução. “O governador está viajando e esse povo tá é aproveitando a ausência dele”, afirmou Francisco.

Diante do desespero dos moradores da invasão do HFA, os fiscais recusavam-se a responder sobre a remoção. “Não temos satisfações a dar. Estamos apenas cumprindo ordens”, esgueirava-se um funcionário da Terracap, que identificou-se apenas como Ferreira. Sobre a forma da demolição de barracos, outro funcionário, Renato Barbalho afirmou que não estava havendo qualquer violência. “Essas telhas não foram quebradas. Elas já são pedaços, material reaproveitado”.